

5. Globalização: Do que se trata afinal?

“A globalização veio para ficar: é inevitável. É uma força irresistível. Certo? De modo algum”.

James H. Mittelman

“Conhecer o passado e o presente a fim de moldar o futuro”.

Jan Aart Scholte

5.1. Introdução

Um dos termos mais difundidos nas últimas décadas – sendo, inclusive, um dos termos definidores da sociedade contemporânea – é “globalização” (Mello, 1999; Scholte, 2000 e 2002b; Harvey, 2000). Isso se expressa, por exemplo, na difusão da palavra “globalização” por quase todas as línguas do mundo e pelas referências contínuas que, diariamente, fazem menção ao “global” – instituições globais, mercados globais, finança global, comunicações globais, migrações globais, segurança global, ameaça global, aquecimento global, etc. Contudo, embora seja assumida sua importância, nota-se que grande parte da discussão acerca da globalização é permeada por simplificações, exageros, imprecisões, inconsistências e confusões⁷⁷. Na verdade, faz-se uso desse conceito a fim de explicar fenômenos que vão desde as crises financeiras (como a Crise Asiática de 1997) até as políticas públicas de caráter neoliberal adotadas no pós-Guerra Fria, assim como para explicar as novas formas de ativismo e solidariedade transnacional – vide, por exemplo o Fórum Social Mundial. Além disso, tal conceito tem sido ligado a vários aspectos das hodiernas mudanças sociais, como a emergência de uma era informacional, a retirada do Estado, o fim das culturas tradicionais e o advento de uma era pós-moderna. No que diz respeito à questão normativa, para alguns a globalização é associada ao progresso, à

⁷⁷ Para um mapeamento inicial das distintas posições com relação à globalização, ver Held, *et al.*, 1999; Held & McGrew, 2001 e Ianni, 2003.

prosperidade a à paz; para outros, tal conceito se vincula ao aumento da fome e da desigualdade em escala global.

A despeito da variada gama de publicações acerca dessa temática, nota-se que as análises acerca da globalização freqüentemente são marcadas pela falta de exatidão conceitual, pela pobreza empírica e pela ingenuidade política. Como já foi colocado certa vez, “(...) *globalização é um termo que se refere a qualquer coisa desde Internet a hambúrguer*” (Strange, 1996:xiii). Neste sentido, não se busca aqui resolver as disputas acerca da globalização, mas sim estabelecer alguns parâmetros para a discussão acerca desse fenômeno social e de seus impactos na realidade social contemporânea. Cumpre oportuno, assim, desvendar o que esses fenômenos – da internet ao hambúrguer –, aparentemente tão díspares, têm em comum. Com isto em mente, buscar-se-á neste capítulo apresentar, em primeiro lugar, o que faz com que a globalização possa ser vista como uma ruptura histórica – ou seja, o que há de global na globalização. Em seguida, será desenvolvida a relação da globalização com o modo capitalista de produção com o intuito de se explorar acerca das origens e das causas da globalização. Por fim, há uma apresentação da forma dominante da globalização contemporânea, a saber, a globalização neoliberal.

5.2. O que há de global na globalização?

Antes de mais nada, é interessante notar que grande parte da confusão e das disputas acerca da globalização se dá em torno da definição do conceito – o que se expressa, por exemplo, no fato de vários autores analisarem tal fenômeno social sem indicar, de maneira explícita, o que entendem pelo termo. Na verdade, é possível identificar pelo menos cinco definições mais amplas de globalização⁷⁸.

Em primeiro lugar estaria uma noção que concebe a globalização em termos de *internacionalização*. Assim, a palavra global seria apenas outro adjetivo para descrever as relações transfronteiriças entre os países, e a palavra globalização definiria um crescimento da interdependência e das trocas internacionais. Para Hirst & Thompsom a globalização diria respeito aos “(...) *processos que promovem a interconexão internacional (...) – aumentando os*

fluxos de comércio, investimento e comunicação entre as nações” (Hirst & Thompson, 2002:247). Contudo, as interconexões entre países têm se intensificado nos últimos 500 anos. No tocante ao final do século XIX em especial, nota-se uma intensificação substantiva nos níveis de migração transfronteiriça, no investimento direto estrangeiro, nas finanças e no comércio internacionais. Neste sentido, não se necessita da palavra globalização para explicar fenômenos prévios de internacionalização, e a terminologia usual das relações internacionais continua sendo perfeitamente capaz de lidar com as transações e interconexões transfronteiriças contemporâneas.

Em segundo lugar a globalização tem sido identificada como *liberalização* – ou seja, um mundo global seria aquele sem barreiras regulatórias para a transferência de recursos entre as fronteiras. Tal argumento é expresso de maneira bem clara na seguinte afirmação feita por Ohmae acerca da obsolescência do Estado no mundo contemporâneo: “(...) *os Estados já* (grifo do autor) *perderam seus papéis como unidades significativas de participação na economia global do atual mundo sem fronteiras*” (Ohmae, 1996:5). Tal definição, muito usada tanto pelo neoliberais quanto por alguns de seus críticos mais ferozes, também é redundante, uma vez que o termo livre comércio é perfeitamente capaz de lidar com esse fenômeno não sendo necessário, assim, o uso do termo globalização.

Em terceiro lugar globalização tem sido vista como sinônimo de *universalização*. De acordo com Reiser e Davies globalização seria a “*‘síntese planetária das culturas’ em um ‘humanismo global’*” (Reiser & Davies *apud* Scholte, 2000:16). Ora, é inegável que mais pessoas e fenômenos culturais têm, recentemente, se difundido por todo o planeta. Não obstante, os movimentos em direção à universalização – movimentos estes que são altamente contestáveis visto que, para muitos, a globalização geraria também um processo de *localização* – não são algo novo – vide, por exemplo, os movimentos históricos das religiões mundiais –, o que faz com que o conceito de globalização também seja desnecessário para explicar tal fenômeno.

Em quarto lugar globalização seria o mesmo que *ocidentalização* ou modernização, estando assim associada a um processo de homogeneização na medida em que todo o mundo se torna ocidental, moderno e, particularmente,

⁷⁸ Essa classificação das definições de globalização é baseada na definição de Scholte. Para maiores detalhes, ver Scholte, 2000 e 2002b.

norte-americano. Em outras palavras, a globalização seria o fenômeno pelo qual as estruturas sociais da modernidade – como o capitalismo, o racionalismo, o industrialismo, etc. – são espalhadas pelo mundo e, neste processo, destroem as culturas preexistentes e as autodeterminações locais. Neste caso também nota-se fenômenos não recentes, sendo que, assim, conceitos como modernização e imperialismo são mais do que suficientes para lidar com as idéias de ocidentalização, americanização e europeização – também não necessitando, assim, do conceito de globalização.

Ora, com base em tais definições de globalização surge uma dúvida: o que realmente há de global na globalização? Na verdade, novos *insights* surgem quando há um deslocamento para um quinto tipo de definição de globalização: a saber, globalização como *desterritorialização* – ou *supraterritorialização* – e *transplanetarização*. Globalização diria respeito, assim, a uma reconfiguração da geografia social, ou seja, uma “*mudança na natureza do espaço social*” (Scholte, 2000:46)⁷⁹ que não é mais passível de ser mapeado apenas em termos lugares territoriais, distâncias territoriais e fronteiras territoriais. Nas palavras de Held e outros, globalização é “(...) *um processo (ou uma gama de processos) que incorporam uma transformação na organização espacial das relações sociais e das transações*” (Held, *et. al.*, 1999:16)⁸⁰. Em outras palavras, isso reflete o fato do mundo estar sendo rapidamente moldado em um espaço social compartilhado por forças tecnológicas e econômicas, o que faz com que os desenvolvimentos em uma região do mundo possam ter profundas conseqüências para as chances de vida tanto de indivíduos quanto de comunidades inteiras em outras partes do globo⁸¹.

Ora, a globalização possui um caráter inegavelmente material, uma vez que é possível identificar os fluxos de comércio, pessoas e capital pelo globo, por

⁷⁹ nas palavras de Mello, seria a “(...) *emergência de um novo patamar de ordenamento da vida social (...)*” (Mello, 1999:197).

⁸⁰ Cumpre destacar que a globalização deve ser vista como um processo (não necessariamente constante), e não como uma condição político-econômica que tenha recentemente se estabelecido de maneira completa. De acordo com Harvey, tal definição “processual” da globalização seria relevante na medida em que contribui para que haja uma concentração em “(...) *como a globalização tem ocorrido e está ocorrendo*” (Harvey, 2000a:19).

⁸¹ Desta forma, “*as manifestações da globalização incluem a reorganização espacial da produção, a interpenetração das indústrias através das fronteiras, a expansão dos mercados financeiros, a difusão de bens de consumo ingênuos por países distantes, transferências massivas de população – principalmente dentro do Sul bem como do Sul e do Oriente para o Ocidente (...)*” (Mittelman, 2000:15).

exemplo. Contudo, tal conceito diz respeito a muito mais do que somente uma intensificação desses fluxos. Na verdade, a magnitude dessa intensificação é de tal monta que os Estados e sociedades ficam cada vez mais enredados em sistemas mundiais e redes de interação, e a ocorrência de fenômenos distantes pode passar a gerar impactos internos ao passo que fenômenos anteriormente locais repercutem globalmente. Em suma, a globalização representaria, assim, uma mudança deveras significativa no alcance espacial da ação e da organização sociais, que passa para uma escala inter-regional ou intercontinental; ou seja, diria respeito a uma gama de processos que geram uma transformação na organização espacial tanto das relações quanto das transações sociais (Held, *et. al.*, 1999; Held & McGrew, 2001).

Essa reconfiguração do espaço social é algo muito significativo uma vez que o espaço é uma dimensão deveras importante para as relações sociais. Na verdade, os contornos espaciais de uma sociedade influenciam fortemente a natureza da produção, da governança, da identidade e da comunidade em dada sociedade. A produção do espaço seria, assim, “(...) *um momento constitutivo dentro da dinâmica de acumulação do capital e da luta de classe*” (Harvey, 2000a:23).

Cumprе ressaltar que essa mudança no alcance espacial não significa, necessariamente, que a ordem global suplante ou passe a ter precedência sobre as ordens locais, nacionais ou regionais da vida social. Na verdade, o que ocorre é que estas podem se inserir em conjuntos mais amplos de relações e redes de poder inter-regionais. Destarte, as limitações do tempo social e do espaço geográfico – coordenadas essenciais da vida social moderna – não mais impõem barreiras fixas a muitas das formas de interação ou organização social, vide, por exemplo, a *internet* e os mercados financeiros globais. Em suma: não há o fim do Estado. Este permanece sendo um *lócus* fundamental no processo de regulação e não apresenta sinais de dissolução em um futuro próximo. Contudo, a intensificação dos processos de globalização das relações sociais têm promovido uma gama de transformações em aspectos deveras significativos do Estado, como por exemplo no tocante ao controle dos fluxos transfronteiriços – sejam eles fluxos monetários, de bens e produtos ou migratórios, por exemplo. Em outras palavras, “(...) o

Estado sobrevive sob a globalização, mas a governança tem se tornado substancialmente diferente” (Scholte, 2000:22)⁸².

A proliferação e a difusão dessas conexões supraterritoriais traria fim ao que Scholte chama de “territorialismo”, a saber, “*uma situação na qual a geografia social é inteiramente territorial*” (Scholte, 2000:46). Isso significa que, embora o território continue tendo uma grande importância no mundo em globalização, ele não mais constitui o todo da geografia social. Conseqüentemente, faz-se necessário romper com o territorialismo metodológico a fim de melhor compreender a realidade globalizante contemporânea – territorialismo metodológico aqui entendido como a prática de se entender e conduzir estudos acerca do mundo social através das lentes da geografia territorial.

Cada uma das quatro concepções de globalidade⁸³ discutidas anteriormente (globalização como internacionalização, liberalização, ocidentalização e universalização) se encontra firmemente calcada em uma concepção territorialista do espaço social, ou seja, cada uma delas presume que o mapa da sociedade é única e exclusivamente territorial. Partindo de um arcabouço territorial, o “lugar” diz respeito a uma localização fixa em tal mapa; a “distância” se refere ao comprimento de uma rota que conecta pontos neste mapa; e a “fronteira” diz respeito a uma linha neste mapa que divide as regiões na superfície terrestre, separando umas das outras. O territorialismo implica que o macro espaço social é completamente organizado em termos de unidades como distritos, cidades, províncias, países e regiões; mais especificamente, em tempos de territorialismo estatal os países são vistos como o lugar mais relevante frente aos demais espaços territoriais e, porquê não, como o lugar por excelência da política (Scholte, 2000; cf. Walker, 1993).

Ora, é possível notar contemporaneamente a proliferação de conexões sociais que são desconectadas da lógica territorial, como por exemplo, as questões

⁸² Para Harvey, em função dessa reconfiguração do espaço social notar-se-ia uma profunda reorganização geográfica do capitalismo, o que faz com que “(...) *muitas das suposições acerca das unidades geográficas ‘naturais’ dentro das quais o capitalismo historicamente se desenvolveu se tornem cada vez menos significativas*” (Harvey, 2000a:23). Para uma visão alternativa e interessante acerca da relação entre globalização e Estado, ver Clark, 1999. Para uma crítica dessa visão, ver Bieler & Morton, 2003 e Morton, 2004.

⁸³ Globalidade aqui entendida como algo intimamente vinculado à questão da espacialidade. Para maiores detalhes da relação entre globalidade, transplanetarização e supraterritorialidade, ver Scholte, 2002b:14-22.

concernentes à comunicação global, aos mercados globais, à produção global, às finanças globais, às organizações globais e aos problemas ecológicos globais, fenômenos estes que não podem ser situados em uma única localização territorial fixa, operando frequentemente através das fronteiras territoriais. Ou seja, o lugar não é mais territorialmente fixo, a distância é coberta instantaneamente e as fronteiras territoriais não mais apresentam impedimentos particulares. Assim, a globalidade enquanto supraterritorialidade descreveria circunstâncias nas quais o espaço territorial é substancialmente transcendido. A geografia desses fenômenos globais não pode ser entendida apenas em termos de territorialidade; na verdade, eles se encontram vinculados em um mundo que é visto como um único lugar – ou seja, em um espaço transmundial. Entendida desta forma, a globalidade diz respeito a uma forma distinta de compressão espaço-temporal que se encontra intimamente ligada a uma profunda mudança estrutural da geografia social.

Tal mudança ou transformação da geografia social se expressa, por exemplo, no caso das transações globais. Aqui, o “lugar” não é algo territorialmente fixo, as “distâncias” territoriais são cobertas praticamente instantaneamente e as “fronteiras” territoriais não apresentam nenhum tipo de impedimento. Isso fica claro quando a atenção é voltada para fenômenos como, por exemplo, a transmissão via satélite de programas de televisão, o Dólar norte-americano, o movimento feminista, o efeito estufa e o movimento alterglobalista ou altermundialista (Gómez, 2004a e 2004b): todos estes fenômenos apresentam uma qualidade supraterritorial. Assim, a globalidade, enquanto expressão da reconfiguração supraterritorial e transplanetária do espaço social, diz respeito a circunstâncias nas quais o espaço territorial é transcendido de maneira substancial.

Destarte, considerando que as relações internacionais são relações entre entidades territoriais, as relações globais se caracterizam por ser relações *supraterritoriais*. Ou seja, enquanto as relações internacionais dizem respeito a trocas através das fronteiras nas quais a distância tem uma importância, as relações globais por sua vez são relações transfronteiriças praticamente sem distância. Em suma: “*a internacionalidade está incrustada no espaço territorial; a globalidade transcende tal geografia*” (Scholte, 2000:49).

Cumprido oportuno ressaltar que o território continua tendo uma importância fundamental no mundo em globalização, sendo que a globalização diz respeito a processos de *desterritorialização* e de *reterritorialização*. Em outras palavras, o

fim do territorialismo não implica o fim da territorialidade; trata-se de um mundo em globalização, não um mundo globalizado, o que faz com que a territorialidade não seja algo irrelevante – a globalização gera uma desterritorialização relativa da vida social. Muitas situações da vida social contemporânea permanecem sendo altamente territoriais, o que indica que a mudança – ou seja, a proliferação de conexões globais – se interrelaciona, dialeticamente, com a continuidade – a persistência de espaços territoriais. Em suma, é possível notar, assim, que globalização e territorialidade não são termos/realidades excludentes na medida em que a tendência à globalização pode ser vinculada a muitos processos de reterritorialização nos quais certas unidades territoriais declinam em significado ao passo que outras configuração territoriais passam a ter uma maior importância – vide, por exemplo, o fenômeno hodierno da regionalização⁸⁴.

Dito isto, poder-se-ia destacar algumas das atividades transfronteiriças que caracterizam a vida social contemporânea. No tocante às comunicações, as conexões supraterritoriais têm sido promovidas, por exemplo, através das ondas eletromagnéticas, do telégrafo, do telefone (inclusive celular), telex, videoconferências e redes de computadores (incluindo aí também a *internet*). As comunicações globais capacitam as pessoas em qualquer lugar da Terra a ter contato praticamente imediato com outra pessoa, a despeito das distâncias e fronteiras territoriais existentes entre eles. Em segundo lugar, há as atividades globais relacionadas ao mercados. Um mercado global existe quando um produto é distribuído e vendido em um espaço transmundial através de uma estratégia de negócios que é supraterritorialmente coordenada. Um exemplo seria o fato de que consumidores de todo o mundo podem comprar produtos da mesma marca – como por exemplo, coca-cola.

Em terceiro lugar é possível citar a produção transmundial. Em muitas empresas, os diferentes estágios do processo de produção são alocados em diversas localidades. A produção supraterritorial envolve o comércio intra-firma dentro de uma companhia global bem como o comércio internacional entre países. Uma quarta área da atividade global seria aquela concernente à moeda, área esta extremamente vinculada às precedentes. Moedas como o yen japonês, o dólar americano e o Euro passaram e continuam passando por um processo de

⁸⁴ cf. Held, *et al.*, 1999:27-28 e Harvey, 2000a:29.

desterritorialização, passando a circular globalmente e sendo utilizados ao mesmo tempo em qualquer parte do globo e se movendo de uma parte do globo para outra – principalmente de maneira eletrônica – de uma forma praticamente instantânea. Em quinto lugar, há também a globalização das finanças. Muitas das transações financeiras hoje em dia ocorrem através do mundo em um mercado que interliga, por exemplo, Londres, Nova Iorque, Tóquio, Hong Kong, Singapura, Paris, Zurique, Frankfurt e Sidney. Muitos investidores privados e institucionais possuem portfólios globais. Na verdade, mesmo sem entrar em detalhes técnicos acerca dos mercados financeiros, nota-se que grande parte investimentos, trocas, derivativos e seguros feitos hoje são em certa medida desvinculados do espaço territorial.

Em sexto lugar nota-se a difusão de organizações globais, que possuem uma função regulatória e, dessa forma, são também chamadas de agências da governança global – como por exemplo as agências da ONU, o FMI, o Banco Mundial, a OMC e o BIS. Tais instituições formulam, implementam e, em alguma medida, pressionam para que haja a adoção de normas, regras e procedimentos transmundiais nas mais diversas áreas. Além dessas, há também as organizações globais que exercem atividades comerciais – as chamadas “corporações multinacionais”, termo este equivocado. Em sétimo lugar é possível notar que a ecologia social também apresenta aspectos globais. Isso se expressa, por exemplo, no efeito estufa e no conseqüente aquecimento global, na chuva ácida, nas migrações de animais, na poluição marinha, na desertificação e no desmatamento.

Por fim, a globalidade também se expressa em uma crescente consciência global, ou seja, no fato de que cada vez mais as pessoas pensam em termos globais – principalmente com relação às questões e problemas supracitados, às competições esportivas globais, aos músicos e artistas *superstars* em geral e, em especial, quando as pessoas concebem suas filiações e lealdades não mais em termos territoriais. Por exemplo, as solidariedades baseadas em questões de classe, gênero, raça, religião e sexualidade. Em suma, de maneira conjunta, todas essas atividades globais (comunicação, mercados, processos produtivos, moedas, finanças, organizações, questões ecológicas e pensamentos/consciência) indicam que, a despeito do fato da territorialidade ainda exercer nos dias de hoje uma influência importantíssima nas relações sociais, o espaço social não pode mais, nos dias contemporâneos, ser entendido apenas em termos geográficos territoriais.

5.3. As causas da globalização

Uma vez feitos os breves apontamentos acerca da globalização e de seus aspectos principais que a caracterizam como uma nova configuração da natureza do espaço social, reputa-se oportuno discorrer, neste ponto, acerca das causas da globalização. Essa é uma questão fundamental, uma vez que, tanto a avaliação acerca de suas conseqüências quanto as respostas políticas a estas dependem, em larga medida, de interpretação que é dada às forças geradoras de tal fenômeno; iniciativas políticas voltadas para as relações supraterritoriais via de regra não produzem os resultados esperados quando não partem de um entendimento claro a respeito das dinâmicas dos processos de globalização das relações sociais.

Várias têm sido as explicações dadas para as causas da globalização. Para uns, os avanços tecnológicos seriam o motor da globalização; para outros, os marcos regulatórios é que teriam um papel de primazia na promoção da globalização. Scholte, por sua vez, partindo de uma perspectiva estruturacionista, afirma que a supraterritorialidade decorre, basicamente, da combinação dos seguintes aspectos – que não possuem primazia ontológica um sobre o outro mas que mantêm entre si uma relação de co-dependência: 1) a emergência de uma consciência global, como um produto do conhecimento racionalista; 2) mudanças no desenvolvimento do sistema capitalista de produção; 3) inovações tecnológicas, em especial aquelas ligadas às comunicações e ao processamento de dados; 4) a construção de marcos regulatórios, especialmente através dos Estados e de instituições supraestatais (Scholte, 2000).

Conforme já exposto anteriormente, a presente análise se pauta pelo referencial teórico gramsciano-marxista. Neste sentido, busca-se, assim, as causas da globalização não em aspectos como a consciência, os marcos regulatórios ou as inovações tecnológicas – aspectos estes que podem ser considerados como “aspectos superestruturais” – mas sim no desenvolvimento do sistema capitalista de produção; na economia, ou seja, nas relações sociais de produção. Seguindo o raciocínio de Gramsci, a economia aqui não é entendida como a mera reprodução de objetos materiais, mas como o modo pelo qual os homens associados

produzem e reproduzem não apenas tais objetos materiais mas também as próprias relações sociais globais. Em suma:

“Em termos de uma hierarquia de fatores causais responsáveis pela globalização, então, as condições cambiantes do capitalismo, especialmente a hipercompetição como uma força motriz, têm criado um ambiente transformado. A hipercompetição é acompanhada por uma reestruturação da produção, incluindo sua reorganização espacial, que é, por sua vez, facilitada tanto pelos avanços tecnológicos quanto pelas políticas estatais” (Mittelman, 2000:17).

O capitalismo é produto histórico de uma lenta fusão e de uma soma de elementos culturais que se processa, em seu início, através de uma determinada combinação de fatores que, uma vez pré-existentes, vão adquirindo progressivamente, devido a fatores circunstanciais específicos, no Ocidente, uma dinamização superior: a riqueza mercantil, o dinheiro, o assalariamento, o desenvolvimento do artesanato e da cidade, o mercado, etc. Uma vez atingido certo patamar de evolução, esses fatores, combinados sob a égide do capital comercial, passam, então, a invadir e a subordinar as diversas instâncias pretéritas de sociabilidade e o sistema produtivo por inteiro, subvertendo de maneira definitiva todo o metabolismo social precedente a uma outra lógica econômica. Todavia, tais condições e formas societárias não são, em primeira instância, resultados do modo capitalista, mas sim seu pré-requisito⁸⁵.

Ora, não há capitalismo em escala apenas local ou nacional. Na verdade, o capitalismo só existe enquanto decorrência da expansão progressiva do mercado⁸⁶, do alargamento supranacional – e porquê não transplanetário – das relações de troca, da dinamização centrífuga dos meios de comunicação; e a generalização, expansão e consolidação de uma economia de mercado em amplitude mundial é resultado de um longo processo histórico que envolveu fases distintas de desenvolvimento da vida material da humanidade – incluídos aí os aspectos político-econômicos e sócio-culturais que afetam tanto indivíduos quanto coletividades.

Em outras palavras, nota-se que, para se reproduzir e expandir a produção e o mercado, o capital tende, necessariamente, à mundialização – como que *“por genética de sua constituição sociológica”* (Mello, 1999:108): ou seja, tende a

⁸⁵ Nas palavras de Marx, *“o comércio é um suposto, tanto histórica como conceitualmente, para a gênese do capital”* (Marx *apud* Mello, 1999:25).

⁸⁶ Como afirmou Braudel, *“o mercado é um limite que se desloca”* (Braudel, 1996:39).

ultrapassar os limites da geografia econômica e da geopolítica, deslocando continuamente os fundamentos da soberania. Em suma, o capital exerce

“seu potencial revolucionário, tendo como única bandeira o desenvolvimento das forças produtivas, a diversificação da produção, a recriação ampliada das necessidades sociais (mercado) e a exploração sem fim do trabalho humano” (Mello, 1999:108).

O capitalismo não é apenas um processo econômico de reprodução dos objetos materiais; é um processo constitutivo de um tipo de *civiltà*, um modo civilizatório, que gera conseqüências nas mais diversas esferas da vida humana e da realidade social⁸⁷. Tal “potencial revolucionário”, assim, se articula com as questões sociais, políticas e culturais. O processo histórico de reprodução ampliada do capital em uma escala cada vez mais global gerou uma ampliação dos meios de comunicação, uma transformação do transporte, do sistema monetário e das formas de governança. Em suma, nota-se que, ao invés de olhar para fenômenos superestruturais, pode-se, na verdade, ver no desenvolvimento do sistema capitalista de produção a origem dos processos de globalização das relações sociais, ou seja, a causa da reconfiguração das relações espaciais. Mantém-se, assim, a premissa de Engels acerca da “determinação em última instância” da totalidade social pela economia.

Não obstante, tal determinação não ocorre mediante a imposição mecânica de resultados unívocos, mas condicionando o âmbito das alternativas que se colocam à ação dos sujeitos históricos. Nas palavras de Engels,

*“Nem Marx nem eu alguma vez afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso (de que o fator econômico só é determinante em última instância). Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o **único** (grifo do autor) fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata, absurda”* (Engels *apud* Coutinho, 2002:368).

Como afirma Marx, *“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem (...)”* (Marx,1974:17). A prioridade ontológica de uma esfera em relação a outra não implica a idéia de uma hierarquia lógica ou causal eterna e fixa; a relação entre estrutura e superestrutura é um fenômeno histórico e dialético. Destarte, seguindo o legado gramsciano, rejeita-se aqui abordagens

⁸⁷ Ver por exemplo Gill, que vincula o processo contemporâneo de globalização – a globalização neoliberal – ao que ele chama de “civilização de mercado”, fenômeno este que também se relaciona a um processo de comodificação da vida. Para maiores detalhes, ver Gill, 2003.

economicistas e deterministas acerca do desenvolvimento das relações supraterritoriais. Ou seja, se por um lado há a prioridade ontológica da esfera econômica a partir da qual se dá o desenvolvimento de inovações tecnológicas, a transformação dos marcos regulatórios – ligados à questão da governança – e a “explosão” de uma consciência global, por outro há uma relação dialética entre esses quatro aspectos da globalização que promovem a supracitada reconfiguração do espaço social.

A globalização não tem uma origem no sentido de haver um ponto de partida claro e definido. Na verdade, como afirma Harvey, “*a globalização tem, desta forma, sido integral ao desenvolvimento do capitalismo desde seu início*” (Harvey, 2000a:20). Mello, por sua vez, aponta para o fato de que o capitalismo é “*(...) um modo de produção que se articula e se constitui, desde suas origens, num patamar mundial, supranacional de dinamicidade*” (Mello, 1999:20). O capitalismo pode, assim, ser visto como um processo permeado por fases distintas de globalização com sucessivos re-escalamentos dos patamares de sua efetivação e materialidade societárias. Cada período produziria, assim, uma combinação dialeticamente original e dinamicamente hierarquizada entre os espaços e os sentidos do que vem a ser o local, o nacional, o regional, o internacional e o global. Ou seja, apresentaria momentos de ruptura histórica neste processo de acumulação e reprodução ampliada do capital. Seria possível, assim, distinguir três fases ou momentos distintos neste processo⁸⁸:

Em primeiro lugar nota-se a mundialização do comércio com suas formas de institucionalização dos mecanismos de acumulação originária a partir do século XVI. O comércio internacional se apresenta, assim, não apenas como o patamar real da dinâmica do capitalismo comercial como também é ele que irá pressionar as estruturas produtivas herdadas, estruturas estas que serão transformadas até o surgimento da manufatura. A passagem da manufatura à grande indústria – ou seja, a revolução das bases produtivas capitalistas – é a base do segundo momento. A partir do momento em que novas ondas de expansão do mercado mundial passam a ser demandadas devido à consolidação da produção industrial

⁸⁸ Tal classificação se baseia em Mello, 1999:194-195. Uma historicização distinta da globalização é dada por Scholte. Para este autor, seria possível distinguir três fases distintas de globalização: primeiro, a emergência de uma consciência global há cerca de quinhentos anos atrás; segundo, o aparecimento da supraterritorialidade de maneira mais significativa na metade do século XIX e sua

de grande escala, a dinâmica de circulação das mercadorias é subsumida, de uma vez por todas, às necessidades de reprodução ampliada do capital. Isso se expressa, no século XX, no imperialismo – que seria uma etapa de internacionalização das bases produtivas do capital.

Recentemente nota-se a terceira fase, chamada de globalização – embora na verdade seja melhor caracterizada como a intensificação dos processos de globalização das relações sociais. Nesta fase – que assume contornos mais nítidos a partir do final da II Guerra Mundial e se intensifica nos anos 1970 (Cox, 1997a:21-23) –, há uma ruptura histórica marcada pela reconfiguração do espaço social, reconfiguração esta que se expressa na transplanetarização e na supraterritorialidade de vários aspectos da realidade social – sejam eles políticos, sociais, econômicos ou culturais. Neste sentido, assim como nas fases ou momentos precedentes, a fase recente da globalização não apenas se expressa em várias esferas da realidade social como também resulta, em certa medida, da relação dialética entre tais esferas mantida, é claro, a prioridade ontológica da esfera econômica – ou seja, das relações sociais de produção.

5.4.

A forma hodierna da globalização: A globalização neoliberal

Pode-se dizer que a crise da última metade da década de 1970 não foi fruto de um único incidente ou de qualquer evento isolado dentro de um ciclo comercial normal. Na verdade, tratava-se de uma crise fundamental – até mesmo orgânica – da “normalidade” que afetou todos os aspectos da ordem pós-II Guerra Mundial, sejam eles as relações sociais de produção, a composição do bloco histórico hegemônico até então, o papel do Estado e a ordem internacional. O novo conceito de controle que emerge a partir dos esforços construtivos com o intuito de lidar com a crise orgânica dos anos 1970 foi o neoliberalismo (Overbeek & van der Pijl, 1993).

De maneira geral, pode-se afirmar que neoliberalismo é a ortodoxia política que afirma que a globalização funciona melhor quando é abordada através

difusão nos cem anos subseqüentes; terceiro, a proliferação das relações globais a partir dos anos 1960. Para maiores detalhes, ver Scholte, 2000:62-88.

da privatização, liberalização e desregulação⁸⁹. Destarte, o neoliberalismo não é algo realmente novo na medida em que, basicamente, busca aplicar a máxima do *laissez-faire* à ordem global emergente hodierna. Assim, de uma perspectiva neoliberal, a globalização é um processo economicamente dirigido que deveria seguir os princípios da propriedade privada e das forças de mercado desreguladas. A regulação deveria existir somente com a função de facilitar e proteger a propriedade privada e a livre operação do mecanismo de oferta e demanda entre os produtores e consumidores. Outras regras e instituições econômicas são consideradas, assim, interferências políticas que minam a eficiência do mercado e deveriam ser reduzidas ao mínimo. Com a combinação de privatização, liberalização e desregulação, a globalização deveria maximizar a prosperidade, a liberdade, a democracia e a paz a toda humanidade.

Tal doutrina neoliberal – ou, como diria Hobsbawm, “*teologia neoliberal*” (Hobsbawm, 1998:542) – tem exercido uma influência deveras poderosa nas instâncias decisórias durante o último quarto de século de acentuada globalização. Em larga medida, a globalização neoliberal contemporânea pode ser vista como “(...) *uma ideologia amplamente consistente com a visão de mundo e com as prioridades políticas das formas internacionalmente móveis do capital*” (Gill, 2003:123). Neste sentido, é possível afirmar que, “*de fato, no final do século XX as idéias neoliberais ganharam uma aceitação sem questionamentos como ‘senso comum’*” (Scholte, 2000:35).

Conforme colocado previamente, a globalização das relações sociais concretas pode ser vista como produto da dinâmica expansiva do capitalismo e de sua busca pela acumulação sem limites (Mello, 1999; Rupert, 2000). A forma neoliberal da globalização, por sua vez, pode ser vista como um projeto contínuo de um grupo particular das forças sociais dominantes que busca institucionalizar seu poder nas estruturas históricas que facilitariam, por sua vez, a expansão global do capitalismo. De fato, o *laissez-faire* tem dominado de tal forma a política de globalização que, conforme visto anteriormente, muitos autores têm confundido essas duas noções – tomadores de decisão têm frequentemente usado o termo “globalização” com o significado de criação de mercados liberalizados em escala

⁸⁹ Para uma ótima introdução acerca do neoliberalismo e de suas correntes principais, ver Moraes, 2001; para uma avaliação crítica das políticas neoliberais implementadas pelo mundo, ver Anderson, 1995 e Passet, 2002.

mundial. Da mesma forma, muitos críticos têm tachado de “movimentos anti-globalização” muitos movimentos que, na verdade, são contrários não à globalização em si mas sim à globalização neoliberal (Gómez, 2004a). Neste sentido, é importante perceber que globalização e neoliberalismo não são a mesma coisa; enquanto o primeiro diz respeito a uma reconfiguração do espaço social, o segundo concerne à uma abordagem política específica com relação ao primeiro. Nas palavras de Rupert,

“(...) a globalização não tem sido nem espontânea nem inevitável; tem sido um projeto político de uma constelação identificável de forças sociais dominantes e tem sido, e continua sendo, politicamente problemática e contestável” (Rupert, 2000:42)

Nota-se, assim, que a globalização não é algo neutro assim como as políticas e as posturas que são adotadas com relação a ela. De maneira mais específica, seriam os seguintes os pontos principais do neoliberalismo a partir de uma perspectiva global:

Primeiro, o neoliberalismo tem uma visão de mundo economicista. Assim, a partir dessa chave de leitura vê-se a globalização apenas como um processo econômico, sendo os demais aspectos da globalidade – aspectos culturais, ecológicos, geográficos, políticos e psicológicos – vistos apenas como função dos (ou subordinados aos) aspectos econômicos. Em suma, há uma tendência do neoliberalismo de tratar a economia como uma esfera isolada das demais dimensões das relações sociais⁹⁰. O foco aqui não é apenas na economia em geral, mas sim em um tipo específico de economia, a saber, a economia de mercado auto-regulado. Assim, a economia global deveria ser um mercado livre e aberto: produção, troca e consumo de recursos deveriam ser livres para operar de acordo com a “lei da oferta e demanda”. Neste sentido, as instituições multilaterais, os governos nacionais e as autoridades locais existiriam para prover marcos regulatórios que maximizem a eficiência dos mercados globais – por exemplo, garantindo os direitos de propriedade e o cumprimento dos contratos.

De fato, a economia de mercado tem se destacado sobremaneira na globalização contemporânea ao ponto dos tomadores de decisão tenderem a naturalizar essa situação, tratando o mercado como uma condição natural e

inerente enquanto outros arranjos econômicos seriam vistos como aberrações que demandariam correções. Em suma, se esquecem que os mercados são, na verdade, construções historicamente contingentes e que, desta forma, outros modos de organização econômica são possíveis. Entre as agências multilaterais, os grandes promotores da privatização têm sido o FMI e o Banco Mundial, assim como os diversos bancos regionais de desenvolvimento: a privatização tem tido um papel central nas políticas de reestruturação econômica que essas instituições têm apoiado – os chamados “programas de ajuste estrutural”⁹¹.

Em segundo lugar, é central nos programas neoliberais a liberalização, ou seja, a remoção de restrições impostas sobre os movimentos de bens, serviços moeda e capital. De acordo com as prescrições neoliberais, as autoridades regulatórias deveriam reduzir as barreiras tarifárias às restrições ao comércio internacional e o controle dos fluxos de investimento estrangeiro direto⁹². Assim como a privatização, a liberalização tem sido um dos objetivos centrais das instituições econômicas globais nas últimas décadas – em especial no tocante aos programas de ajuste estrutural promovidos pelo FMI e pelo Banco Mundial. Ao mesmo tempo, a Rodada Uruguai (1986-1994) aprofundou e ampliou as reduções das barreiras ao comércio internacional além de ter incorporado o GATT à OMC. É interessante notar aqui que, subjacente ao discurso hegemônico da globalização neoliberal se encontra a busca pela institucionalização desse “neoliberalismo disciplinar”. Tal institucionalização se dá no nível macro do poder através de uma quase re-estruturação do Estado e das formas políticas internacionais – ou seja, através daquilo que Gill chamou de “novo constitucionalismo”, um projeto político que busca fazer do neoliberalismo o único modelo de desenvolvimento, privilegiando os interesses do capital no âmbito global mediante uma série de constrangimentos (como os marcos regulatórios da OMC, NAFTA, Tratado de Maastricht e os constrangimentos exercidos pelo FMI e Banco Mundial, por exemplo, através dos “programas de ajuste estrutural”) em detrimento dos processos democráticos.

⁹⁰ É interessante notar que tal tendência não é privilégio exclusivo do neoliberalismo; na verdade a separação entre economia e política é algo intrínseco ao próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção. Para maiores detalhes, ver Wood, 2001.

⁹¹ Para uma análise interessante acerca desses programas de ajuste estrutural, ver Gill, 1995.

⁹² É interessante notar que, em princípio, a liberalização deveria se estender também aos movimentos transfronteiriços de trabalhadores. Contudo, na prática raramente os proponentes do neoliberalismo têm se empenhado em favor da migração aberta.

Um terceiro ponto relevante do neoliberalismo seria a desregulação. É importante frisar desde já que desregulação não significa não-regulação, ou seja, a ausência de regulação. Pelo contrário, como visto anteriormente, o neoliberalismo enfatiza a necessidade de leis e instituições que sustentem os mercados e promovam seu funcionamento de uma maneira eficiente. Assim, a desregulação neoliberal tem prescrito apenas a remoção daquelas leis e procedimentos que interfiram na dinâmica de mercado comprometendo sua eficiência. Neste sentido, a lógica neoliberal tem motivado várias mudanças na legislação trabalhista a fim de permitir uma maior “flexibilidade” do trabalho, além de estar promovendo limitações nos controles ambientais a partir do momento em que essas medidas diminuam a competitividade global de um país. Seria mais apropriado, assim, falar de *reregulação* do que de desregulação. Nas palavras de Boaventura de Souza Santos,

“(...) o retraimento do Estado não pode ser obtido senão através da forte intervenção estatal. O Estado tem de intervir para deixar de intervir, ou seja, tem de regular a sua própria desregulação” (Santos, 2002:38).

Assim como a privatização e a liberalização, a desregulação – ou mais propriamente, a reregulação – tem sido aplicada em todos os âmbitos de governança – global, regional, nacional e local –, sendo parte fundamental dos programas de ajuste estrutural das instituições financeiras internacionais (Santos, 2002). É importante notar, contudo, que as instituições de governança têm, na prática, buscado implantar as políticas neoliberais através da privatização, da liberalização e da desregulação (ou reregulação) de diferentes formas e em diferentes escalas, com alguns reveses e contradições. Da mesma forma que a aplicação dos princípios e das políticas neoliberais tem acontecido com uma gama de qualificações, não se deve simplificar as conseqüências dessa doutrina. A despeito da complexidade de se avaliar essas conseqüências, o presente estudo enfatiza as implicações negativas do neoliberalismo. Dito isto, conforme afirma Scholte, *“(...) uma acumulação substancial de evidências oriundas de uma série de contextos de todo o mundo sugere que o neoliberalismo possui sérios limites (...) em relação às questões de segurança humana, justiça social e democracia”* (Scholte, 2002a:13).

Dentre esses limites, é possível destacar, em primeiro lugar, a segurança humana. Após cerca de vinte anos de privatização, liberalização e desregulação

em grande escala por quase todo o planeta, não é possível notar o fim da pobreza – como o próprio Banco Mundial reconhece. Pelo contrário, em vários casos as políticas neoliberais parecem ter aumentado a pobreza – ou seja, tais políticas têm promovido o que Chossudovsky chama de “globalização da pobreza” (Chossudovsky, 1998). Associada à pobreza está a questão do emprego, outra questão que o neoliberalismo não foi capaz de resolver – na verdade, grande parte das vezes até contribuiu para sua deterioração. Também ligada à segurança humana estão as condições de trabalho, uma vez que a desregulação/reregulação tem, frequentemente, envolvido a redução de garantias trabalhistas, de proteções sindicais e de outros direitos trabalhistas. Um livre mercado para um mundo de trabalho no qual prevalece uma situação de excesso de oferta – principalmente de trabalho desqualificado – tem contribuído para a queda dos salários, benefícios e salva-guardas. Há também a questão ecológica, já que de acordo com o neoliberalismo, um conflito entre a eficiência de mercado e a integridade ecológica deveria ser resolvido em favor do primeiro. Assim, vê-se que o neoliberalismo é incapaz de dar conta de problemas tais como a mudança climática, a camada de ozônio, diminuição da diversidade biológica e poluição transfronteiriça. Por fim estaria a questão da coesão social, uma vez que a premissa neoliberal de que as relações sociais se dão basicamente entre indivíduos que competem entre si em um mercado mina o apoio mútuo e o espírito coletivo, contribuindo, assim, para o aumento da criminalidade e da violência.

Em segundo lugar estaria a questão da justiça social, uma vez que o neoliberalismo privilegia a eficiência sobre a igualdade quando há um conflito entre estes⁹³. De fato, a ideologia neoliberal não lida com as desigualdades estruturais de oportunidade e ganho nos mercados globais no tocante, por exemplo, às questões de idade, raça, classe, sexo, religião, etc. O neoliberalismo, na verdade, assume que uma distribuição desigual dos benefícios é natural e que as desigualdades serão resolvidas com o tempo. Contudo, décadas de globalização neoliberal não removeram as desigualdades do mundo – sejam elas entre classes, países, sexos ou raças. Além disso, é possível notar que as políticas neoliberais das últimas duas décadas têm, de fato, exacerbado as desigualdades de renda em muitos países (Scholte, 2002a).

⁹³ Para maiores detalhes acerca da visão neoliberal com relação à questão da justiça social, ver Hayek, 1985.

Em terceiro lugar estaria o déficit democrático da economia global: isto é, aqueles prejudicados pelos regimes neoliberais via de regra tem pouco espaço – se é que há algum – para expressar suas queixas e insatisfações. De fato, a privatização, a liberalização e a desregulação ocorrem com pouquíssima participação e prestação pública de contas. Nestas circunstâncias, as pessoas que desejam efetuar uma mudança na governança da economia global a fim de reduzir os supracitados efeitos deletérios da globalização neoliberal tendem a encontrar poucos canais democráticos formais disponíveis para eles, buscando assim participar de movimentos não “anti-globalização”, mas sim de “alterglobalização” – ou seja, movimentos que buscam alternativas ao neoliberalismo como princípio norteador para um mundo mais global (Gómez, 2004a).

Tais preocupações com as conseqüências deletérias do neoliberalismo, somadas às pressões por parte dos protestos sociais têm, nos últimos anos, gerado uma discussão acerca da necessidade de mudanças nas políticas concernentes à globalização (Held *et. al.*, 1999 e Hirst & Thompson, 2002). Não obstante, apesar das inúmeras reformas que atenuaram o “ultraliberalismo” dos últimos anos – aquele que prevaleceu nos anos 1980 e meados dos anos 1990 –, não está claro, hoje, qual a real profundidade de tais reformas. Na verdade, a relativa modéstia das alterações políticas efetuadas até então sugerem que o neoliberalismo permanece sendo a principal política de gerenciamento da globalização. Muitas das mudanças nos últimos cinco anos com relação à regulação da globalização podem ser vistas como o que foi chamado de “pós-consenso de Washington”.

Em suma, privatização, liberalização e desregulação permanecem na ordem do dia a despeito do fato de tais políticas centrais do neoliberalismo estarem sendo empreendidas em parceria com outras medidas que visam, por exemplo, combater a corrupção; promover a transparência; estabelecer códigos e padrões financeiros; promover redes de segurança social; contribuir para a redução da pobreza e para o estabelecimento de uma cidadania corporativa. Tendências recentes têm até mesmo, por parte de alguns tecnocratas, dado uma maior atenção à diversidade cultural, econômica e política dos locais alvos de políticas neoliberais. Como será visto mais à frente, tais tendências caminham rumo a uma estratégia de revolução passiva global. Neste sentido, não se trata de mudanças substantivas nas políticas e nos resultados destas com relação aos três limites acima elencados mas de meras tentativas de adaptação e cooptação das

forças sociais potencialmente transformadoras, o que aponta não apenas para os limites do neoliberalismo – e por consequência da globalização neoliberal – mas também para a necessidade urgente de se buscar a sua superação.

5.5.

Conclusão: A importância do estudo da globalização

Conforme visto anteriormente, há vários conceitos e abordagens acerca dos processos de globalização das relações sociais, abordagens estas que diferem entre si no tocante à definição, escala, cronologia, impacto e às questões político-normativas. Na verdade, “(...) *o único consenso sobre a globalização é que ela é contestada*” (Scholte, 2000:39). Muitos dos argumentos são generalizações, carentes de base empírica e de uma conceituação consistente. Nota-se também que, com frequência, há uma ênfase em um dos aspectos – seja ele o aspecto cultural, econômico, histórico, legal ou político-normativo – em detrimento de uma análise que leve em consideração todas essas dimensões conjuntamente.

Sem embargo, a despeito desses pontos negativos e desanimadores, a discussão acerca da globalização é algo de suma importância hodiernamente – principalmente quando se vê que questões fundamentais como segurança humana, justiça social e democracia se encontram em jogo. Além disso, a maioria dos autores que rejeitam a novidade e o potencial transformador da globalização têm, via de regra, confundido o termo com um dos quatro usos redundantes supracitados.

Estes quatro usos se caracterizam por partirem do territorialismo metodológico. Ora, este reflete as condições sociais de uma época particular, não sendo assim um método atemporal aplicável a qualquer contexto histórico. Os problemas ecológicos globais contemporâneos – assim como os problemas concernentes à economia, ao terrorismo e à segurança globais, por exemplo – apontam para a inaplicabilidade das suposições territorialistas acerca do espaço. Da mesma forma, se o capitalismo hoje opera em grande medida em escala global, de maneira relativamente autônoma do espaço territorial, então as velhas estruturas intelectuais não mais são capazes de lidar com a questão da justiça distributiva e das relações de exploração. De maneira similar, é preciso repensar questões como a democracia e a comunidade em um mundo em processo de

globalização. Faz-se necessário, assim, historicizar tal método a fim não apenas de entendê-lo mas também de contribuir para a construção de uma metodologia pós-territorialista. Os problemas colocados pela forma contemporânea (neoliberal) da globalização apontam para o fato de que a necessidade de tal construção não é algo meramente acadêmico mas também político.

Nota-se que, se por um lado grande parte da população mundial não partilha de vários pontos acima elencados como sendo característicos da globalização – consciência global e comunicação global, dentre outros –, por outro a esmagadora maioria da população mundial sofre as consequências deletérias da forma atual (neoliberal) da globalização. Além disso, vê-se também que a globalização não promove nem o aumento nem a queda da segurança humana e da justiça social automaticamente. Tais resultados são positivos ou negativos dependendo das políticas que são adotadas com relação a essa nova configuração da geografia social – ou seja, as desigualdades têm sua origem nas políticas aplicadas à globalização, e não na globalização em si. Tratar relações sociais historicamente específicas como se fossem algo natural ou necessário é abstrair-las dos processos sociais e históricos que as produziram e, assim, reificar tal abstração tratando-a como uma realidade objetiva, como um constrangimento dado sobre toda a vida social. Neste sentido, a idéia de que “não há alternativas” à globalização neoliberal ignora a capacidade para a organização humana e para a escolha política e social.

Assim, partindo de uma perspectiva materialista histórica que identifica a novidade da globalização na supraterritorialidade e na desterritorialização – ou seja, na reconfiguração da natureza do espaço social –, o presente capítulo buscou, mesmo que de maneira breve, apresentar tal definição crítica. Cumpre agora partir para uma definição também crítica do conceito de sociedade civil. Antes, porém, faz-se necessário abordar, mesmo que sucintamente, como o conceito de sociedade civil tem sido abordado na disciplina das relações internacionais, o que reflete em ampla medida a influência dos processos de globalização das relações sociais na conceituação da sociedade civil.